

INSTITUTO MOREIRA SALLES, RIO DE JANEIRO, RJ,

14 DE SETEMBRO DE 2000

O Brasil em transformação e o contexto internacional

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a oportunidade que me é oferecida pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais de falar a este público tão qualificado.

O Cebri é uma novidade no cenário político-intelectual brasileiro. E é uma boa novidade. Dará impulso à reflexão sobre os temas internacionais, sobre a nossa inserção no cenário mundial, sobre como responder aos desafios que nos são impostos de fora.

Quero registrar, por isso, meu reconhecimento aos que vêm liderando o processo de implantação do Cebri, como o Doutor Daniel Klabin e, naturalmente, o Ministro Lampraia, que tem sido um patrono exemplar das atividades do Centro.

Faço uma saudação especial ao Embaixador Walter Moreira Salles, cujo espírito empreendedor e amor à cultura estão personificados neste instituto que tive a honra de inaugurar no ano passado e ao qual retorno hoje com prazer.

Começo meus comentários sobre o tema desta palestra – *O Brasil em transformação e o contexto internacional* – por recordar que se

torna cada vez mais difícil separar – na política, na economia e mesmo nas áreas sociais – o interno do externo.

A rigor, isso não é novo. Eu próprio examinei alguns aspectos dessa interface interno/externo em meus estudos sobre a questão da dependência na América Latina.

O problema ali era entender como a dependência, ao contrário do que sugeriam algumas análises, não era meramente uma variável externa na experiência histórica dos países latino-americanos, mas algo que se incrustava na própria organização interna das sociedades. Algo que se refletia no sistema de produção, na estrutura de classes e na própria vida política dos países.

Hoje, se olharmos retrospectivamente o ambiente intelectual dos anos 50, 60 e 70, veremos que havia uma certa moldura de pressupostos que, de certa forma, condicionava a visão da inserção internacional dos países latino-americanos e dos países em desenvolvimento de maneira geral.

Um desses pressupostos foi o de que, em uma situação de vulnerabilidade e dependência, a abertura para o mundo tornava mais difíceis, se não impossíveis, os processos de transformação que se impunham pelas necessidades internas de desenvolvimento.

Havia, naturalmente, fatores internacionais que restringiam a capacidade de afirmação autônoma dos países latino-americanos e, portanto, a sua capacidade de levar a efeito transformações sociais.

A própria Guerra Fria, cujas lembranças já soam talvez longínquas, tornava tudo mais difícil, dada a lógica perversa da confrontação ideológica. Naquele contexto, a dimensão internacional teve, em vários momentos, o efeito de abafar iniciativas de reforma. E, em muitos casos, essa dimensão não era algo abstrato, mas eram tanques na rua ou interferência aberta em processos políticos internos.

Tudo isso era acentuado pelo nível incipiente – se comparado ao que existe hoje – de desenvolvimento nos países do Sul. A vulnerabilidade econômica era maior e a capacidade de competir no cenário internacional, significativamente menor. O modelo de substituição de importações respondia, em certa medida, a esse quadro.

Mas é interessante assinalar uma diferença entre aquelas circunstâncias dos anos 50, 60 e 70 e o cenário que se delineia em nossos dias: houve uma inversão de sinal.

Hoje as transformações econômicas e sociais do Brasil passaram a representar aspectos positivos em nossas relações com o mundo. Basta considerar os reflexos sobre nossa atuação nos foros internacionais, o diálogo com as ONGs e a inserção na economia internacional.

Mas isso não significa que o sistema internacional tenha se tornado mais facilmente permeável aos nossos interesses. Não há explicações simples, unidimensionais.

Mudou o Brasil, mudou também o mundo, e o resultado dessa evolução é um novo padrão de relação entre o interno e o externo, um padrão que nos é mais favorável.

Se examinarmos, uma a uma, as principais reformas realizadas pelo Brasil nos últimos tempos, veremos que elas têm um caráter duplo. De um lado, respondem a aspirações urgentes de nossa sociedade. De outro, produzem efeitos significativos sobre nossa inserção nos fluxos internacionais de idéias, mercadorias, capitais, ciência e tecnologia.

Dou alguns exemplos. Primeiro, a redemocratização, nos anos 80. Ninguém aqui tem dúvida de que ela era uma exigência profunda da sociedade brasileira, e todos sabemos que foi alcançada em lutas que requeriam esforço, mobilização, liderança e participação da cidadania.

E é inegável, igualmente, que o retorno à democracia teve um impacto de extraordinária importância sobre nossas relações exteriores. Deixamos de ter um passivo que nos restringia em nossa capacidade de iniciativa, que nos tornava um país acanhado.

O mesmo poderíamos dizer sobre a conquista da estabilidade econômica, que também era uma exigência interna de nossa sociedade – uma exigência de longa data – e que, ao mesmo tempo, não é menos importante no plano internacional.

E há tantos outros exemplos semelhantes, em áreas como direitos humanos, meio ambiente, políticas sociais.

Há sempre os que continuam a pensar a nossa relação com o mundo com categorias herdadas dos anos 50 e 60. Esses são os que buscam em tudo razões para denunciar uma suposta submissão a “forças internacionais”. O erro aí é o de não ter a sensibilidade para entender que o mundo já não é mais o mesmo, e que o Brasil já não é mais o mesmo.

Eu próprio sancionei, há pouco tempo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que representa uma autêntica revolução na gestão da coisa pública no Brasil. Um passo de gigante no esforço de superar o patrimonialismo, o populismo e todas as distorções que o acompanham.

Seria de uma extrema miopia intelectual supor que as vantagens que isso acarreta para nós em termos de credibilidade externa seriam mais importantes, ou mais fortes do que a demanda de responsabilidade e seriedade fiscal, que é uma exigência da sociedade brasileira, que cansou do descaso com a coisa pública, cansou de ver o Estado tratado como objeto de apropriação privada.

Há, portanto, muito mais coincidência, hoje, entre nossas necessidades internas de transformação e as tendências a que respondemos no plano internacional. E isso é verdade também para aquilo que é, talvez, a grande questão pendente no Brasil: a questão social, em todas suas dimensões, mas muito especialmente na distribuição de renda e no imperativo de assegurar a todos igualdade de oportunidades – na educação, na saúde, na previdência.

Digo que se trata de uma questão pendente porque, como é óbvio, não é algo que se possa solucionar da noite para o dia. Uma herança de séculos de injustiça não se apaga só pela vontade dos que governam. Mas é também uma questão que estamos encarando de frente, como mostram os avanços inegáveis que o país tem alcançado na área social.

O Brasil em transformação não é apenas o país que estabilizou sua moeda, que coloca em ordem as contas públicas ou que normalizou suas relações com a comunidade financeira internacional.

O Brasil em transformação é também o país que já tem 97% de suas crianças em idade escolar dentro das salas de aula. É o País que, em dois anos, terá todas as suas escolas da rede pública dotadas de

computador com acesso à Internet. É o País que já fez, só nos últimos anos, assentamentos de terra equivalentes ao tamanho de três Bêlgicas. É o País que enfrenta com coragem os problemas de saúde pública, que tem um programa contra a Aids considerado pela ONU como um dos melhores do mundo. É o País que tem o Programa Saúde da Família, que atende hoje mais de 33 milhões de pessoas.

Mas a transformação não incide tão-somente no resgate das nossas hipotecas do passado. A transformação deve preparar, também, o nosso futuro, e aí é uma questão de vida ou morte, para o Brasil, responder ao desafio da competitividade internacional.

Na nova economia que se está afirmando, é decisivo – para qualquer país, e por mais forte razão para um país como o Brasil, que tem vocação para estar na linha de frente em áreas de ciência e tecnologia – poder contar com uma força de trabalho qualificada, em condições de adaptar-se às inovações técnicas e aos avanços cada vez mais velozes no sistema produtivo. Esse objetivo é incompatível com a persistência de uma situação de exclusão social. Não poderemos explorar os benefícios potenciais da Internet e das novas tecnologias da informação se não dermos um salto de qualidade na educação e na saúde. É o que estamos fazendo.

Em suma, o Brasil que entra no século XXI é um país cujos objetivos prioritários de transformação interna, de desenvolvimento, estão em consonância com os valores que se difundem e se universalizam no plano internacional.

Isso não significa que as reformas e mudanças no Brasil de hoje deixem de seguir um caminho próprio. E nisso, longe de abraçarmos propostas que impliquem o desmantelamento do Estado ou a mera idolatria do mercado, o caminho do Brasil passa pela necessidade de aperfeiçoar a ação do Estado, de dotá-lo de mecanismos mais eficazes na defesa e promoção do interesse público. É o que estamos fazendo.

Nós, que conduzimos uma das maiores privatizações na história do capitalismo, nunca aceitamos a idéia de um “Estado mínimo”. O que buscamos é precisamente construir um novo Estado.

Não quero cansá-los com exemplos. Lembro apenas o quanto já avançamos: a criação das agências reguladoras, o fortalecimento das agências estatais de fomento como o BNDES, a descentralização de políticas sociais, o reforço do nosso sistema de ciência e tecnologia, a instituição dos fundos de pesquisa nas áreas privatizadas ou abertas à competição.

É positivo para o Brasil que os principais valores que se difundem no âmbito internacional – direitos humanos, desenvolvimento social, meio ambiente – estejam em consonância com os nossos objetivos nacionais. Mas isso não significa que tenham deixado de existir problemas no plano externo. Eles existem, e se não chegam a representar, para nós, verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento, acarretam sem dúvida dificuldades que temos que enfrentar.

Tenho falado, já há algum tempo, da necessidade de combater as assimetrias da globalização, para fazer com que os seus ganhos possam distribuir-se de forma mais equitativa.

Mas essas assimetrias não se exprimem apenas como um problema de fora, e aqui volto à discussão sobre a dificuldade de separar o interno do externo. Foi o que bem lembrou o Chanceler Lampreia esta semana, ao discursar na Assembléia Geral das Nações Unidas, quando assinalou que a globalização é assimétrica em parte porque emanada de sociedades nacionais também assimétricas.

Na economia internacional, as assimetrias que enfrentamos são o reflexo de dois fenômenos principais: a manutenção (e às vezes a intensificação) de medidas de caráter protecionista por países desenvolvidos e as inadequações do sistema financeiro internacional.

O protecionismo no mundo desenvolvido subtrai aos países em desenvolvimento a oportunidade de competir, de fazer valer suas vantagens comparativas. O Brasil precisa ter maior dinamismo em suas exportações, precisa aumentá-las em volume e em valor agregado. A obtenção de acesso crescente aos mercados mais ricos do mundo é, para nós, um imperativo de primeira ordem.

Nas finanças internacionais, já não temos os problemas que tínhamos nos anos 80, com a crise da dívida externa. Hoje, o endividamento externo é uma questão praticamente equacionada, sobretudo quan-

do se tem em conta que se vem alterando o perfil dos débitos, com uma redução, em termos proporcionais, dos encargos do setor público (hoje responsável por apenas cerca de 40% da dívida externa).

E o Brasil tem sido capaz de atrair capitais para investimento direto, que refletem uma grande confiança no futuro de nosso desenvolvimento. Precisamente porque estamos cada vez mais ligados ao sistema internacional, temos interesse em que exista maior estabilidade, maior previsibilidade na realização das funções básicas de financiamento da produção, de garantia da liquidez para as trocas internacionais e de prevenção ou minimização de crises.

Em 1998 e 1999, sofremos os efeitos da instabilidade da ordem financeira internacional. Para o Brasil, será importante que o sistema internacional evolua na direção de uma arquitetura financeira renovada, mais estável, menos sujeita a crises.

Já mencionei que as transformações internas no Brasil – sobretudo a reconquista da democracia e a estabilidade econômica – reforçam nossa credibilidade no diálogo com nossos interlocutores internacionais. Essa maior credibilidade se traduz em maior potencial de operação diplomática. Foi o que tornou possível, por exemplo, a construção e a consolidação do Mercosul. É também o que torna possível o avanço na organização do espaço sul-americano – e isso se pôde ver de forma muito clara na Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília. E é o que nos motiva a participar dos entendimentos com vistas a uma Área de Livre Comércio das Américas, nos quais buscamos contribuir para um arranjo que seja vantajoso para todos os países do hemisfério.

Senhoras e Senhores, fiz, no início desta exposição, uma comparação com o passado, mostrando que há diferenças entre o que vivemos hoje e o que foi a nossa inserção internacional há trinta ou quarenta anos.

Desejaria agora concluir falando do futuro. E falo do futuro com cautela, porque o caráter indefinido da atual configuração do sistema internacional não autoriza previsões muito nítidas. Ao mesmo tempo, falo com um otimismo fundado nas tendências que identificamos no Brasil atual e em sua relação com o sistema internacional.

Se temos hoje um sistema que tende a uma certa unipolaridade político-militar, temos também elementos de multipolaridade econômica, tecnológica e cultural. Além disso, o próprio processo de globalização introduz nas relações internacionais algo de fluidez, de mobilidade, que opera em sentido contrário à concentração de poder em um único pólo. Desenha-se, com isso, um panorama de alguma incerteza, onde é visível aquilo que já denominei, em várias ocasiões, um “déficit de governabilidade” internacional.

Tudo isso pede a ação responsável de países como o Brasil. Abre espaços para aqueles que, como nós, têm a vocação e a tradição do universalismo na política externa. Mostra a necessidade de que o Brasil saiba identificar as oportunidades que correspondem às nossas necessidades e aspirações.

O Brasil não encontra, no cenário internacional, obstáculos intransponíveis. Podemos encontrar obstáculos setoriais, localizados, mas isso não nos fará acreditar que o melhor caminho para o nosso desenvolvimento seja o de nos distanciarmos dos núcleos mais dinâmicos da economia internacional.

Um país que recebe mais de 2 bilhões de dólares mensais em investimento estrangeiro direto não pode deixar de perceber que a globalização, se não é exatamente um mar de rosas, traz vantagens consideráveis para aqueles que alcançam ter credibilidade. E o Brasil, nesse sentido, é o país certo na hora certa.

Precisaremos, é natural, estar atentos para a defesa de nossos interesses, como temos estado. Podemos, por exemplo, apesar do bom trabalho de nossos negociadores, sofrer um revés neste ou naquele litígio na OMC – como já tivemos vitórias expressivas no passado. Mas compreendemos que o mesmo sistema que nos impõe um revés funciona, no longo prazo, a nosso favor. O fortalecimento de um sistema multilateral de comércio, com regras e disciplinas claras e respeitadas, é importante para evitar a ação unilateral dos países que têm maior poder econômico.

Não vejo, portanto, obstáculos insuperáveis. Vejo, ao contrário, uma extraordinária “janela de oportunidade”, criada pela difusão de

valores favoráveis à transformação modernizadora das sociedades e à afirmação nacional de países como o nosso, cujos esforços não estão dirigidos para a acumulação de poder ou para veleidades de hegemonia, mas para a construção democrática de sociedades mais justas.

Se isso é assim, é em parte porque o mundo mudou e porque o fim da Guerra Fria abriu o caminho para a difusão de valores como direitos humanos, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Mas se deve também – e com este ponto desejo concluir – ao fato de que o Brasil é um país que aprendeu, bem cedo em sua história, a definir o seu próprio interesse nacional. Sabemos entender que as relações entre os Estados não são um “jogo de soma zero”, mas um jogo no qual todos podem ganhar.

Sabemos que o Brasil tem a ganhar com um sistema internacional mais estável, mais democrático e mais aberto. E sabemos que nossos vizinhos e nossos interlocutores em todas as regiões só têm a ganhar com um Brasil mais justo, mais forte, mais desenvolvido, mais capaz de resolver seus próprios problemas e de contribuir para a solução dos problemas de todos.

Muito obrigado.

